SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: 26 de agosto de 2019, às 09:00h, na sede social da SÃO PAULO TURISMO S.A. ("Companhia" ou "SPTURIS"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Olavo Fontoura, 1209 – Parque Anhembi.

PRESENÇAS: Presentes os membros do Conselho de Administração, Sr. Marcos Arbaitman – Presidente, Sr. Wanderley Messias da Costa – Vice-presidente, Sr. Rogério Pereira Vicente, Sra. Luciana Sant'Ana Nardi, Sr. Alexandre Pedercini Issa, Sr. Andre Luiz Pompeia Sturm e Sr. Jânio Quadros Neto (participou via conferência telefônica).

Presentes, ainda, o Sr. Osvaldo Arvate Jr. – Diretor Presidente e o Sr. Giovani Agnoletto – Gerente da Controladoria.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho de Administração por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Marcos Arbaitman. Secretária, Sra. Rebecca Alonso Nascimento.

ORDEM DO DIA: (i) Apresentação dos resultados econômicos e financeiros da Companhia até julho de 2019; e **(ii)** Atualização acerca do processo de privatização da Companhia.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Arbaitman, saudou os membros do Conselho e demais convidados, e iniciou a apreciação dos itens previstos para a Ordem do Dia.

Com relação ao **item (i)** da Ordem do Dia, o Sr. Giovani Agnoletto realizou a apresentação dos resultados econômicos e financeiros da Companhia até julho de 2019, respondendo a alguns questionamentos dos conselheiros.

Na sequência, com relação ao item **(ii)** da Ordem do Dia, o Diretor Presidente da SPTURIS fez as seguintes considerações.

Considerando o resultado do leilão relativo ao processo de privatização da Companhia, visto que não foram apresentadas propostas para aquisição das ações da acionista controladora, a Junta Orçamentário-Financeira (JOF) autorizou a realização de aportes para futuro aumento de capital na SPTURIS, aportes esses no valor de até R$29.420 milhões. Desse valor, até R$2.5 milhões devem ser destinados a rescisões de contratos de trabalho e até R$26.920 milhões para custeio da Companhia. Será assinado um contrato entre a SPTURIS e a SMTUR para a realização de referidos aportes, visto que a dotação orçamentária, autorizada pela Secretaria da Fazenda, é

da SMTUR. No mais, entre os meses de agosto e setembro será aportada a quantia de até R$18.708 milhões, sendo que o restante do valor será recebido parceladamente, conforme necessidade apresentada pela Companhia. A ideia é que esse valor seja reduzido ao máximo, a ponto de a Companhia passar a não mais necessitar de aportes da PMSP.

Na sequência, a Conselheira Luciana Nardi questionou acerca de quais as medidas estão sendo tomadas para melhorias quanto aos apontamentos realizados no relatório de acompanhamento do CDI relativo ao ano de 2018. Nesse ponto, o Sr. Osvaldo Arvate respondeu que, conforme acima explanado, serão realizadas rescisões de contratos de trabalho, a fim de diminuir os custos da Companhia, bem como outras medidas já estão sendo tomadas para redução de custos (medidas de remanejamento de pessoal, redução de consumo de energia elétrica, revisão de contratos etc.). Com relação, inclusive, ao assunto da energia, o Sr. Osvaldo Arvate informou que há a possibilidade de serem instalados painéis solares, inclusive de modo a gerar energia excedente. No entanto, o retorno dessa possível implementação é de longo prazo.

Adicionalmente, o Sr. Alexandre Pedercini questionou se a Administração da SPTURIS vem promovendo renegociação de contratos, com vistas a reduzir mais custos, sugerindo, em caso negativo, sejam todos os contratos revistos com esse objetivo. Pelo Diretor Presidente foi respondido que a Administração está promovendo tal revisão contratual, para fins de renegociação de valores e redução de custos.

O Sr. Alexandre Pedercini questionou, ainda, se já houve a necessidade da utilização efetiva da segurança armada contratada para o Parque Anhembi, e se há seguro contra roubo de bens de terceiros dentro do Parque. O Diretor Presidente respondeu que houve apenas uma ocorrência em que foi necessária a ação efetiva da segurança armada, o que ocorreu já há alguns anos, e informou que a Companhia possui esse tipo de seguro contratado.

Com a palavra, o Sr. Rogério Pereira Vicente, representante dos empregados da SPTURIS, questionou se as rescisões de contratos de trabalho contemplarão tanto funcionários de carreira como de livre provimento, devendo, antes de realizadas, serem tais rescisões discutidas com os órgãos de representação dos empregados. Pelo Diretor Presidente foi respondido que o processo das futuras rescisões de contratos de trabalho está sendo discutido com representantes dos colaboradores e com a área de pessoas.

Sobre esse ponto, o Sr. Rogério Pereira Vicente colocou-se expressamente contra a realização de qualquer demissão de funcionário, opinião que foi acompanhada expressamente pelo Conselheiro Andre Luiz Pompeia Sturm.

Na sequência, o Diretor Presidente informou acerca da realização de reunião com a equipe da Secretaria da Fazenda, ocasião em que foi levantada a possível necessidade de declarar a dependência da Companhia no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Caso isso ocorra de fato, serão necessários diversos ajustes no dia-a-dia da Companhia, especialmente na área financeira, que deverá se adequar à contabilidade pública. Assim, muito possivelmente a Companhia entrará no orçamento da Prefeitura de São Paulo já para o exercício de 2020, passando a funcionar como um centro de custos. Após declarada essa situação, novos aportes de capital deverão vir na forma de subvenção. Nesse ponto, o Sr. Wanderley Messias da Costa comentou que essa é uma situação bastante delicada para a SPTURIS, pois a Companhia perderá toda a sua autonomia.

Adicionalmente, ainda com relação a esse ponto, o Conselho de Administração reforçou que a Diretoria da Companhia deve tomar medidas para diminuir ao máximo os custos da empresa, especialmente com a renegociação de contratos e geração de fontes alternativas de receita, a exemplo do quanto já exposto com relação à energia. Ademais, o Conselho de Administração reconhece e reforça que são necessários investimentos na Companhia, especialmente para a reforma do telhado do Pavilhão de Exposições, para que possam ser, novamente, atraídos eventos privados para o Parque Anhembi.

Na sequência, o Sr. Osvaldo Arvate informou que ainda não há decisão formal quanto ao rumo do processo de privatização da Companhia. Ao que tudo indica, e caso seja liberado pelo TCM/SP, será republicado o edital, com o valor anteriormente avaliado. Com relação a esse ponto, o Sr. Andre Luiz Pompeia Sturm comentou que não se trata, apenas, de uma questão técnica, mas, especialmente, de uma questão política.

Em adição, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcos Arbaitman, sugeriu o agendamento de reunião deste Conselho com o Prefeito de São Paulo e com os secretários municipais da Fazenda e do Turismo, a fim de melhor entender qual será, de fato, o caminho dado à Companhia.

No mais, a Conselheira Luciana Nardi questionou o que a Companhia tem feito para que a empresa não continue a dar prejuízo enquanto não se define qual o rumo do processo de privatização. O Sr. Osvaldo Arvate informou que, além de todo o já exposto acima, a Companhia está tentando utilizar novamente os recursos do PAC para a reforma do telhado do Pavilhão de Exposições. O Sr. Andre Sturm pontuou que a empresa certamente voltará a dar lucro quando feita a utilização correta do seu equipamento.

Ademais, o Conselheiro Alexandre Pedercini questionou se o Pavilhão de Exposições não está sendo alugado por conta do seu estado de conservação. O Diretor Presidente reforçou que sim, pontuando que, no entanto, há outros fatores envolvidos, como a concorrência da empresa com outros equipamentos, além da situação gerada pelo processo de privatização.

Na sequência, voltando a ponto da energia elétrica, o Conselho de Administração solicitou à Diretoria que seja realizado estudo sobre a viabilidade de contratação de energia elétrica fora do mercado cativo, considerando, inclusive, a viabilidade de contratação no mercado livre, bem como para a contratação de fornecedor para instalação de placas de energia solar, conforme discutido anteriormente.

Nesse ponto, o Sr. Alexandre Pedercini sugeriu que o tema "energia" seja trazido mensalmente para acompanhamento do Conselho de Administração, o que foi acompanhado pelos demais conselheiros.

Adicionalmente, o Conselho de Administração pretende se manifestar expressamente junto a Prefeitura para que sejam envidados todos os esforços na reforma do telhado do Pavilhão de Exposições.

Por fim, o Sr. Rogério Pereira Vicente, representante dos empregados, fez referência à reunião ordinária deste Conselho, realizada em 30.07.2019. Informou que (i) devido aos números relativos à proposta orçamentária terem sido apresentados de forma não detalhada, o que impossibilitou a observação sobre a retirada da previsão do pagamento dos índices de reajuste salarial dos colaboradores da Companhia da referida proposta, sendo que os referidos índices sempre constaram nos orçamentos anteriores, e que (ii) só foi possível identificar essa alteração

posteriormente à reunião do Conselho. Assim, solicitou a retificação da ata daquela reunião, a fim de que conste seu voto contrário à aprovação da proposta orçamentária nos termos apresentados.

Solicitações expressas do Conselho de Administração à Diretoria Executiva e/ou à acionista controladora:

a) que sejam envidados todos os esforços para reforma do telhado do Pavilhão de Exposições, a fim de que a Companhia possa aumentar a sua receita com o retorno de clientes privados;
b) que seja realizado estudo para acompanhamento da redução do gasto com energia elétrica, bem como para sua eventual contratação fora do mercado cativo, considerando, inclusive, a viabilidade de contratação no mercado livre, e, ainda, contratação de fornecedor para instalação de placas de energia solar;
c) que seja dada atualização mensal do assunto previsto no item acima;
d) que sejam revisados todos os contratos de fornecedores da Companhia, a fim de que, se possível, sejam renegociados, visando diminuição de custos; e
e) que sejam tomadas medidas visando a redução de custos da Companhia, priorizando, especialmente, o quanto disposto nos itens acima.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.

Conselheiros:

MARCOS ARBAITMAN
Presidente

WANDERLEY MESSIAS DA COSTA
Vice-presidente

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

ROGERIO PEREIRA VICENTE
Conselheiro

LUCIANA SANT'ANA NARDI
Conselheira

ANDRE LUIZ POMPEIA STURM
Conselheiro

JANIO QUADROS NETO
Conselheiro

REBECCA ALONSO NASCIMENTO
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SPTURIS realizada em 26 de agosto de 2019).